

Capturado de: [www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=224](http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=224), em 06/03/04.

## **URBANIZAÇÃO E RURALIDADE: RELAÇÕES ENTRE A PEQUENA CIDADE E O MUNDO RURAL E ESTUDO PRELIMINAR SOBRE OS PEQUENOS MUNICÍPIOS EM PERNAMBUCO**

**Maria Nazareth Baudel Wanderley**

### **INTRODUÇÃO**

A reflexão sobre os pequenos municípios brasileiros, surgiu em minha trajetória de pesquisa, como uma necessidade para compreender o “lugar dos rurais”, tema central de minhas preocupações, ou mais especificamente, onde vivem, como vivem e o que vivem os habitantes do espaço rural brasileiro. Duas constatações me chamaram a atenção no curso da pesquisa: por um lado, a maioria da população rural do País vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes (em certos casos, até 50 mil habitantes), por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, freqüentemente, frágil e precária. A questão central, a ser aqui tratada consiste em compreender a importância e o significado destas pequenas aglomerações.

### **I – O «SISTEMA URBANO»**

Quando se fala em processo de urbanização e desenvolvimento urbano, a imagem que vem à mente da maioria das pessoas é, provavelmente, a das cidades metropolitanas. Vistas como pólos do progresso e da civilização, estes grandes centros concentram as atividades econômicas dinâmicas e as oportunidades de acesso a bens e serviços de toda ordem, que atraem a população dos pequenos centros e das áreas rurais. No

Brasil, este processo de «metropolização» assumiu, efetivamente, uma grande dimensão nas últimas décadas. Em período mais recente, os estudiosos da população vêm apontando para um outro processo de concentração demográfica, desta vez centrado no desenvolvimento das chamadas cidades médias situadas no interior do País. Para Vilmar Faria, a estruturação do espaço urbano brasileiro possui uma dupla característica. “Por um lado, concentra grandes contingentes populacionais – em termos de tamanho absoluto – em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; por outro, alimenta o crescimento da população urbana de um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre as cidades.” (FARIA.103.) O resultado deste processo é, para Vilmar Faria, a constituição de “um sistema urbano dinâmico e crescentemente integrado, sob o comando funcional das áreas metropolitanas nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro”. (103) A evolução deste processo de urbanização foi, igualmente, analisada por Ana Amélia Camarano e Kaizô Iwakami Beltrão. A tabela que segue apresenta os dados por elas elaborados, sobre a distribuição da população brasileira por grupos de tamanho (CAMARANO.BELTRÃO.2000) ([1])

Tabela 1

Brasil. Distribuição da População Brasileira por Grupos de Tamanho Em %

Grupos	1940	1996
Urbana	31,2	78,0
- 500 e +	10,8	35,7
-100 - 499	5,1	11,3
-50 - 99	1,7	9,1
-20 - 49	1,9	10,4
< 20	11,7	11,8
Rural	68,8	22,0

Fonte: CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. p.14. (Texto para Discussão, 766)

A recente divulgação dos dados do Censo Demográfico, realizado em 2000, confirmou a tendência já observada há várias décadas, da urbanização da sociedade brasileira. De fato, 78,4% da população do País residem atualmente em domicílios definidos oficialmente como urbanos. Na região Nordeste, como um todo, esta proporção é inferior ao dado nacional e varia de Estado para Estado, como se pode perceber na tabela abaixo apresentada.

Tabela 2  
Nordeste. 2000. População total, urbana e rural

Estados	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	% Pop. Urbana sobre Pop. Total
Maranhão	5.638.381	3.355.577	2.282.804	59,1
Piauí	2.840.969	1.787.047	1.053.922	62,9
Ceará	7.417.402	5.303.741	2.113.661	71,5
R.G. do Norte	2.770.730	2.030.585	740.145	73,3
Paraíba	3.436.718	2.441.633	995.085	71,0
Pernambuco	7.910.992	6.052.142	1.858.850	76,5
Alagoas	2.817.903	1.917.388	900.515	68,0
Sergipe	1.779.522	1.270.429	509.093	71,4
Bahia	13.066.764	8.761.125	4.305.639	67,0
Nordeste	47.679.381	32.919.669	14.759.714	69,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 12.01.01

## II – OS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Tendo em vista sua indiscutível centralidade para o conjunto da sociedade brasileira, os processos de «metropolização» e de expansão das cidades médias no interior do País atraem toda a atenção dos estudiosos. No entanto, a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática. É bem verdade que este universo representa uma pequena proporção da população total do País (em 1996 era inferior a 12%). Não resta dúvida, porém, ele é bastante expressivo se se leva em conta o número dos municípios com este perfil. Maria do Livramento de Miranda Clementino

calcula que em 1994, os municípios com população total até 20.000 habitantes, correspondiam a 72,6% dos municípios brasileiros. (CLEMENTINO.1997) A dificuldade para tratar desta questão começa com a própria delimitação do que pode ser considerado pequeno município. Vilmar Faria aponta 3 critérios definidores da população urbana: o critério censitário; o critério de mais de 20.000 habitantes vivendo em áreas urbanas do município e o critério de mais de 20.000 habitantes na sede urbana do município. Como é sabido, o IBGE distingue as situações urbana e rural, tais como são legalmente definidas em cada município. «Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.» (IBGE. 1996) George Martine, analisando os dados do Censo Demográfico de 1980, considera que apenas as aglomerações de 20.000 habitantes ou mais podem ser chamadas de cidades. (MARTINE.GARCIA.1987.59).

Da mesma forma, Vilmar Faria define como população urbana, a correspondente às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios” ao mesmo tempo que considera cidades “as sedes municipais com mais de 20.000 habitantes” (FARIA.1984:124) Assim, as pequenas cidades, com população inferior a este limite, não integrariam propriamente o «sistema de cidades», sendo consideradas como “não-urbanas”.

O mesmo recorte é assumido por CAMARANO e BELTRÃO, para as quais «a definição de população urbana tem um caráter político-administrativo ao incluir todas as sedes de municípios e distritos, independentemente do seu tamanho.» (CAMARANO.BELTRÃO.2000.14)

Pesquisadores do próprio IBGE são também sensíveis aos recortes mais precisos dos espaços que podem ser, efetivamente, considerados urbanos. A este respeito, Speridião Faissol, refere-se ao “... sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade, e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de

cidade; elas existem, no Brasil, por força de uma definição legal de cidade-sede de município.” (FAISSOL.1994.150).

No Nordeste, Maria do Livramento Miranda Clementino, já havia chamado a atenção para a predominância de uma «estrutura urbana deficitária, formada essencialmente, por pequenos municípios, com funções de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo “mandonismo local”, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra” (CLEMENTINO.1997:7)

No mesmo sentido, Charles C. Mueller refere-se às pequenas cidades do Nordeste como «centros locais», que estão «em última posição na escala hierárquica das cidades» e que «fornecem apenas bens e serviços simples para as cidades sem centralidade e zonas rurais tributárias.» Mueller considera que «a população de suas áreas de influência é forçada a se valer de centros maiores para satisfazer parte de suas necessidades; não sendo isso viável, as situações de carência podem se tornar agudas. (MUELLER.1996.75) A Contagem da População de 1996 registrou a importância numérica dos pequenos municípios no Nordeste, como se pode perceber na tabela abaixo, que apresenta a distribuição da população regional, por municípios segundo o tamanho. ([2])

Tabela 3. 1996.

Nordeste. Distribuição da População conforme a dimensão dos Municípios.

Municípios (Mil Hab.)	Número de Municípios	Pop.Total	% sobre total da Região
- de 20	1.023	10.875.895	24,3
20-50	396	11.775.784	26,3
50-100	95	6.221.432	13,9
100-250	30	4.620.196	10,3
250-500	5	1.846.895	4,1
+ de 500	9	9.427.999	21,1
Total	1.558	44.768.201	100,0

Fonte dos dados: IBGE. Contagem da População. 1996

No presente estudo, como já foi dito acima, procurarei refletir sobre os pequenos municípios, entendidos como aqueles cuja população urbana não ultrapassa 20.000 habitantes.([3])

Para melhor compreender este universo, distinguirei duas categorias de municípios: aqueles que possuem uma população total inferior a 20.000 habitantes e, aqueles cuja população total é superior, mas possuem uma população urbana que não ultrapassa este limite. Neste último caso, a população total não raramente se situa na faixa entre 20.000 e 50.000 habitantes. Na verdade, não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes aglomerados, tomados globalmente, mas sobretudo de tentar entender as funções elas exercem no chamado «sistema urbano». A este respeito, parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão de um “ethos urbano”, que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana.([4]) Mas, por outro lado, parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana.

### III - AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.

Para compreender mais profundamente esta realidade, é necessário considerar, em cada caso, – e esta é a tese central deste trabalho – a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento, que geram, simultaneamente, a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios. A categoria trama espacial foi usada por Bruno Jean, para analisar as pequenas cidades canadenses, nas quais ele identifica uma trama espacial rural, uma vez que estes pequenos aglomerados estão, em seu país, inseridos em um contexto marcadamente rural. Acrescentei a dimensão social para reforçar o que já parecia inscrito na configuração espacial da sociedade local. (JEAN, 1997.22) Para a elaboração desta categoria analítica, Jean se apoiou em Henri Mendras, para quem «a sociedade das pequenas cidades está na mesma trama dos povoados e do meio rural» (MENDRAS,1984.371)

Esta trama, permito-me completar, é tecida pelo entrelaçamento de 5 dimensões complementares, a saber:

a)- o exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o seu tamanho. Neste sentido, a pequena cidade é também o espaço central do poder municipal, que concentra as atividades administrativas, ao mesmo tempo em que organiza e centraliza as atividades econômicas e socio-políticas do conjunto do município e expressa a referência à identidade espacial local.

b)- a intensidade do processo de urbanização; na grande maioria dos pequenos municípios brasileiros este processo é frágil, em consequência sobretudo, da ainda persistente concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos e da ainda insuficiente rede de comunicações entre aglomerações de todos os tamanhos. De uma certa forma, pode-se dizer que, no Brasil, o fato de ser pequeno frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis.

c)- a presença do mundo rural. Esta influência pode ser percebida, por um lado, através de diversos indicadores socio-econômicos e demográficos, dentre os quais merecem especial menção: o peso da população rural no conjunto da população municipal; a proporção das pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural, especialmente agricultores e suas famílias - o que estabelece uma via de duas mãos na circulação entre a população rural e urbana no espaço municipal - e a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas no município. Por outro lado, ela se expressa no fato de que o espaço municipal pode ser impregnado pelas «qualidades» do meio rural, diante das quais a pequena e carente cidade dificilmente consegue se impor como alteridade. Estas qualidades dizem respeito sobretudo ao povoamento reduzido e à predominância das paisagens “naturais” e das relações sociais de interconhecimento.([5])

d)- o modo de vida dominante, percebido tanto através de suas manifestações “concretas”, como das representações que dele faz a população local. Adoto, sobre esta questão, a concepção proposta por Jacques Curie, Gérard Caussade e Violette Hajjar, no texto: “Comment saisir les modes de vie des familles”.

Para estes autores, o modo de vida, que “designa a crítica em ato das condições de vida”, constitui “o conjunto dos processos de organização das respostas dos atores sociais (indivíduos ou grupos) a suas condições de vida; é a maneira que tem o ator de produzir sua vida a partir do que a vida fez dele.” (CURIE et alii 316)

Do ponto de vista operacional, a análise do modo de vida supõe, por um lado, a avaliação da disponibilidade de recursos; trata-se, neste caso, do próprio inventário dos recursos materiais, sociais e culturais locais, mas também, das representações referentes à necessidade e ao acesso a estes recursos; por outro lado, a compreensão das estratégias desenvolvidas, entendidas aqui como “a organização deliberada do sistema de atividades” que, refletem os modelos de vida adotados pelos atores em estudo e alimentam a construção das suas identidades sociais . (opus cit. p. 335 e 336) e) – a dinâmica da sociabilidade local.

O espaço social assim construído se complementa, por um lado, com a referência às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de alianças e associações, gerados especialmente pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local; por outro lado, pela percepção deste espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local.

Uma vez realizada esta caracterização detalhada ([6]), será possível formular uma tipologia dos pequenos municípios, baseada nas diferentes trajetórias de desenvolvimento. Inspiro-me aqui na categoria «trajetórias de desenvolvimento», tal qual foi proposta por Terry Marsden, como fundamento para uma tipologia dos espaços rurais britânicos. (MARSDEN et alii. 1993). Mas esta categoria, com algumas particularidades, já foi utilizada no Brasil, por uma equipe da EMBRAP/CIRAD, para a análise dos processos de desenvolvimento local, em áreas rurais do Nordeste. (GAMA DA SILVA et alii.2000).

Na proposta aqui adotada, a análise das trajetórias de desenvolvimento permite distinguir os municípios preponderantemente urbanos, preponderantemente rurais ou aqueles que correspondem a situações intermediárias. Assim formulada, esta hipótese



de trabalho se abre em uma ambiciosa agenda de pesquisa, o que, naturalmente, foge aos limites do presente trabalho. Na continuação apresentarei alguns dos primeiros elementos, que já pude organizar para o Estado de Pernambuco, valendo-me sobretudo dos dados preliminares do Censo Demográfico de 2000, já divulgados pelo IBGE.

#### IV – A URBANIZAÇÃO E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, a população urbana, tal como é definida pelo IBGE, que já correspondia a 74% em 1996, passa, em 2000, a representar 76,5% da população total do Estado.

Tabela 4

Pernambuco. 2000. População total, urbana e rural.

	Habitantes	% sobre o total
População urbana	6.052.142	76,5
População rural	1.858.850	23,5
População Total	7.910.992	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 12.01.01

No entanto, apesar da indiscutível importância deste processo, é preciso registrar que a urbanização no Estado é fortemente concentrada na Região Metropolitana de Recife. De fato, existem em Pernambuco, 9 cidades com mais de 100.000 habitantes, 6 das quais estão localizadas na RMR; a população (urbana) do conjunto das grandes cidades é de 3.362.101 habitantes, dos quais, 2.875.621 habitantes (85,5%) são metropolitanos. Além disso, a população das cidades com mais de 20.000 habitantes, situadas na RMR, chega a 3.190.653 habitantes, o que corresponde a 52,7% da população urbana e a 40,3% da população total do Estado. ([7]) Assim, apesar de significativa, a urbanização pernambucana parece frágil, ao não conseguir, a exemplo de outras regiões, disseminar em seu interior aglomerados urbanos de certo porte, que possam funcionar como pólos dinamizadores regionais. De fato, adotando o recorte

assumido neste trabalho, a rede propriamente urbana seria constituída por apenas 46 cidades, das quais, 28 com população entre 20.000 e 50.000 habitantes. A tabela 5 apresenta a população das cidades com mais de 20.000 habitantes e sua distribuição espacial no Estado. (Ver em Anexo 1 a relação destas cidades)

Tabela 5

Pernambuco. 2000. Distribuição Espacial das Cidades com mais de 20.000 habitantes\*.

De 20.000 a 50.000 habitantes	Nº Municípios	Pop. Urbana
RMR	2	78.538
Mata	9	311.240
Agreste	11	315.364
Sertão	6	214.634
Total	28	919.776
De 50.000 a 100.000 habitantes	Nº Municípios	Pop. Urbana
RMR	3	236.494
Mata	-	-
Agreste	5	323.355
Sertão	1	55.303
Total	9	615.152
Mais de 100.000 habitantes	Nº Municípios	Pop. Urbana
RMR	6	2.875.621
Mata	-	-
Agreste	2	320.367
Sertão	1	166.113
Total	9	3.362.101
Total	Nº Municípios	Pop. Urbana
RMR	11	3.190.653
Mata	9	311.240
Agreste	18	959.086
Sertão	8	436.050
Total	46	4.897.029

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) em 12.01.01

\* - Trata-se, como foi dito, da população urbana em seu conjunto e não apenas da população da cidade, sede do município. Os demais municípios do Estado possuem uma população urbana aquém do limite aqui considerado de 20.000 habitantes. Apenas 1.155.113 habitantes - 14,6% da população total de Pernambuco - vivem nestas pequenas aglomerações, o que representa 19,1% da população urbana do Estado. No entanto o seu número é inegavelmente expressivo: são 139 cidades, 75,1% dos municípios pernambucanos. Estes, podem ser divididos em duas categorias, no

que se refere à população total municipal: no primeiro grupo estão 94 cidades, sedes de municípios que possuem uma população total inferior 20.000 habitantes e no segundo contam-se 45, situadas em municípios, cuja população total encontra-se na faixa entre 20.000 e 50.000 habitantes. Estes dados estão apresentados na tabela 3, a seguir. (Ver Anexo 2, a relação destes pequenos municípios).

Tabela 6.

Pernambuco. 2000. Municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes Pequenos Municípios segundo a população total

	Nº de Municípios	% (*)	Pop. Urbana	% (**)	% (***)
até 20.000	94	50,8	563.875	9,3	7,1
Entre 20.000 e 50.000	45	24,3	591.238	9,8	7,5
Total	139	75,1	1.155.113	19,1	14,6
Total de Municípios do Estado	185	100,0	6.052.142	100,0	100,0

\* - % sobre o Total de Municípios

\*\* - % sobre População Urbana de Pernambuco

\*\*\* - % sobre População Total de Pernambuco

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 12.01.01

Se se acrescenta a este quadro, a população rural do Estado, que em 2000 correspondeu a 1.858.850 habitantes - pode-se desenhar os contornos de um universo direta e profundamente marcado pela fragilidade do processo de urbanização e pela forte presença do mundo rural, em contraste com o mundo urbanizado dominante, já apontado anteriormente. Mesmo com o risco de tornar repetitiva a apresentação dos dados, é importante visualizar este quadro geral do processo de urbanização e que pode ser sintetizado como segue:

Tabela 7.

	Municípios Nº	%	População Habitantes	%
No interior do “sistema de cidades” (população das cidades com mais de 20.000 habitantes)	46	24,9	4.897.029	61,9
Fora do “sistema de cidades” (população urbana das cidades com menos de 20.000 habitantes população rural)	139	75,1	1.155.113	14,6
			1.858.850	23,5

Total	185	100,0	7.910.992	100,0
-------	-----	-------	-----------	-------

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Acesso: www.ibge.gov.br, em 12.01.01

A presença do mundo rural nos pequenos municípios pernambucanos pode ser percebida, antes de mais nada, através da importância da população rural no conjunto da população municipal. A tabela abaixo apresenta uma síntese da situação pernambucana, a este respeito, através da distinção entre os municípios cuja população rural representa até 25% da população total, entre 25% e 50% e finalmente, aqueles cuja população rural é majoritária. (Ver em Anexo 3, a relação completa dos municípios)

Tabela 8

Pernambuco. 2000. Municípios segundo a importância da população rural.

	Até 25%		Entre 25% e 50%		Mais de 50%		Total	
	Nº. de Municípios	Pop. Rural	Nº. de Municípios	Pop. Rural	Nº. de Municípios	Pop. Rural	Nº. de Municípios	Pop. Rural
até 20.000	8	17.258	35	186.022	51	417.850	94	621.130
entre 20.000 e 50.000	11	64.743	26	294.090	23	406.684	60	765.517
entre 50.000 e 100.000	13	122.506	6	120.043	2	66.073	21	308.622
+ de 100.000	10	163.581	--	--	--	--	10	163.581
Total	42	368.088	67	600.155	76	890.607	185	1.858.850

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Acesso: www.ibge.gov.br, em 12.01.01

Percebe-se claramente, e sem surpresas, que a presença rural é pouco expressiva nos grandes aglomerados e inversamente, é muito expressiva na maioria dos pequenos municípios. Mas, não deixa de ser surpreendente, a existência de 76 municípios no Estado (41,1%), cuja população rural é superior à população urbana, dois dos quais não são propriamente pequenos municípios, a saber: Araripina - com 70.592 habitantes, dos quais 36.020 (51%) vivem na zona rural e Ouricuri, cujas populações total e rural somam, respectivamente 56.623 e 30.053 habitantes (53,1%). Vale a pena

registrar que, no intervalo entre os dois últimos Censos, a população rural do Estado decresceu, passando de 2.076.201 habitantes em 1991 para 1.858.850, em 2000.

No entanto, observa-se uma significativa distinção na dinâmica demográfica, nos pequenos municípios, em função da sua dimensão. Naqueles, cuja população total varia entre 20.000 e 50.000 habitantes, a população total permaneceu estável, mas a queda do número dos habitantes do campo foi acentuada, tendo passado de 914.793 habitantes no primeiro Censo, para 765.517 habitantes em 2000.

As áreas urbanas destes municípios podem ter atraído parcelas da população, oriunda sobretudo do seu próprio meio rural. Inversamente, os municípios com população total até 20.000 habitantes viram sua população crescer, tanto na cidade como no campo. ([8]) Em Pernambuco, o crescimento demográfico, neste caso, parece ser o resultado, antes de tudo, da emancipação de 17 novos municípios no período, todos de pequena dimensão. Alguns destes, integravam anteriormente municípios maiores, os quais, com a perda de parte de seu território e de sua população, passam também a fazer parte deste estrato de pequenos municípios.([9]) As tabelas seguintes, informam sobre a evolução demográfica no período analisado, considerando os números absolutos e relativos.

Tabela 9.

Pernambuco. Distribuição da População segundo a dimensão dos municípios em 1991, 1996 e 2000 (Números Absolutos)

1991	Nº *	Pop.Total	Pop. Rural
até 20.000 hab.	83	1.059.627	593.172
entre 20.000 e 50.000 hab.	57	1.743.912	914.793
entre 50.000 e 100.000 hab.	19	1.259.755	362.102
+ de 100.000 hab.	9	3.064.561	206.134
Total	168	7.127.855	2.076.201
1996	Nº *	Pop.Total	Pop. Rural
	91	1.144.674	612.531
Total	94	1.185.005	621.130
	185	7.910.992	1.858.850
2000	Nº *	Pop.Total	Pop.Rural
	58	1.747.453	795.175
	60	1.748.435	765.517

	18	1.151.837	307.501
	21	1.352.526	308.622
	9	3.355.107	207.009
	10	3.626.026	163.581
Total	176	7.399.071	1.922.216

Fontes: IBGE. Censo Demográfico de 1991. Contagem da População. 1996. Censo Demográfico de 2000. Acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 12.01.01

\* Número de municípios

Tabela 10

Pernambuco. Distribuição da População segundo a dimensão dos municípios em 1991, 1996 e 2000 (Porcentagens)

	1991			1996			2000		
	Nº *	Pop. Total	Pop. Rural	Nº *	Pop. Total	Pop. Rural	Nº *	Pop. Total	Pop. Rural
até 20.000 hab.	49,4	14,8	28,6	51,7	15,5	31,9	50,8	15,0	33,4
entre 20.000 e 50.000 hab.	33,9	24,5	44,1	33,0	23,6	41,3	32,4	22,1	41,2
entre 50.000 e 100.000 hab.	11,3	17,7	17,4	10,2	15,6	16,0	11,4	17,1	16,6
+ de 100.000 hab.	5,4	43,0	9,9	5,1	45,3	10,8	5,4	45,8	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: IBGE. Censo Demográfico de 1991. Contagem da População. 1996. Censo Demográfico de 2000. Acesso: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 12.01.01

\* Número de municípios

Observa-se, assim, no conjunto, um certo «deslocamento» da concentração da população rural: esta passa de 28,6% para 33,4% nos menores municípios e de 44,1% para 41,2%, nos municípios entre 20.000 e 50.000. A importância do «rural» no universo em análise pode ser igualmente percebida, através da proporção da mão de obra local ocupada nas atividades agropecuárias. De acordo com a sistematização, elaborada pela FIDEM, ([10]) que tem como base o Censo Demográfico de 2001, a absorção da mão de obra pelas atividades agropecuárias, nos municípios pernambucanos obedeceu, no início da década de 90, às seguintes proporções. (Ver em Anexo 4, a relação completa dos municípios). (FIDEM.2000)

Tabela 11

Pernambuco. 1991. % da mão de obra ocupada nas atividades agropecuárias por município

Distribuição percentual	Nº de Municípios	% sobre o total de Municípios do Estado
até 25%	25	13,5
25% a 50%	36	19,5
+ de 50%	107	57,8

sem informação (novos municípios)	17	9,2
Total	185	100,0

Fonte: FIDEM. Perfil Municipal 2001.

Desta forma, em 1991, em quase 60% dos municípios do Estado, as atividades agropecuárias eram responsáveis pela ocupação da grande maioria da mão de obra local. O Censo de 2000 indica que quase todos estes municípios são ainda pequenos. Evidentemente, é preciso assumir que esta realidade deve ter sofrido mudanças significativas, nos anos 90, que certamente reduziram a dimensão do fato apresentado e, conseqüentemente, lá onde elas ocorreram, reforçaram o caráter urbano-industrial das pequenas aglomerações.

## CONCLUSÃO

Para perceber em profundidade a realidade aqui estudada, seria necessário analisar o conjunto dos indicadores acima sugeridos, tarefa que está longe de ter sido concluída. No entanto, creio ser possível antecipar a formulação de uma hipótese de pesquisa, segundo a qual, nos pequenos municípios pernambucanos e, de um modo especial, naqueles cuja população rural é majoritária e cuja atividade principal é a agropecuária, tanto a trama espacial e social, como as trajetórias de desenvolvimento são preponderantemente rurais.

O desenvolvimento local, nestes casos, deveria basear-se em dois eixos fundamentais: por um lado, uma política de desenvolvimento rural, entendida, genericamente, como a valorização das potencialidades (rurais) do município; por outro lado, a ênfase na função de intermediação, que as pequenas cidades exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades, propriamente dito. Através desta mediação é possível enfrentar a dupla dificuldade dos pequenos municípios: o isolamento e a precariedade social. Na medida em que reforça os processos de inserção do pequeno município nos espaços sociais mais amplos, regionais, nacionais e mesmo internacionais, ela

expressa concretamente as formas de integração entre o rural e o urbano e entre o local e o global e sintetiza e articula a trama social e espacial dos pequenos municípios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente. (1998). O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Brasília. IPEA (Texto para discussão, 554).

BIZELLI, Edimilson Antonio. Considerações sobre a urbanização interiorana. São Paulo em Perspectiva, 9 (3): 38-45, jul./set. 1995. BÓGUS, Lúcia Machado.

BAENINGER, Rosana. Redesenhando o espaço no interior paulista; desconcentração e expansão urbana. São Paulo em Perspectiva, 9 (3): 62-70, jul./set. 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha da vida. São Paulo, GEIC/Cabral, 1995. 272 p.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 9 (3): 46-53, jul./set. 1995.

CAMARANO, Ana Amélia. BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Distribuição espacial da população brasileira; mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. 28 p. (Texto para discussão, 766)

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. Natal, UFRN, 1997. mimeo.

CURIE, J. CAUSSADE, G. HAJJAR, V. Comment saisir les modes de vie des familles. IN: PROGRAMME OBSERVATION DU CHANGEMENT SOCIAL. L'esprit des lieux. Paris, CNRS, 1986. p. 313-349.

FAISSOL, Speridião. O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. R.de Janeiro, IBGE, 1994. 308 p.

FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos. IN: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org). Sociedade e política no Brasil pós-64. 2. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 118-163.



\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de urbanização no Brasil; tendências e perspectivas. *Novos Estudos*, São Paulo, (29): 98-119, 1991. FIDEM (Fundação de Desenvolvimento Municipal do Estado de Pernambuco). Perfil municipal 2000.

GAMA DA SILVA, Pedro Carlos et alii. Estudos de trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. *Agricultura familiar; pesquisa, formação e desenvolvimento*, Belém, 1 (2): 5-27, 2000 (UFPA e INRA-França)

HARRIS, Marvin. *Town and country in Brasil; a socio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York, Northon & Company, 1956. 304 p.

IBGE. *Censos Demográfico 1991. Contagem da População 1996 e CensoDemográfico 2000; resultados preliminares*.

JEAN, Bruno. *La lutte au dépeuplement rural; la ruralité face ao défi démographique*.

MARSDEN, Terry et alii. *Constructing the countryside*. London, UCL, 1993. 220 p. (Restructuring rural Areas 1).

MARIN, Maria Cristina de Melo. *Migração sem urbanização: o caso da cidade paraibana de Serra Branca*. *Raízes*, C. Grande, 4 (4/5): 197-203, jan.1984/dez.1985.

MARTINE, George. GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987. 271 p.

MARTINE, George. *A evolução espacial da população brasileira*. IN: AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP, UNESP, 1995. p. 61-91.

\_\_\_\_\_. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília, IPEA, 1994. 41 p. (Texto para Discussão, 329).

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après*. Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

MOTTA, Diana Meirelles da. MUELLER, Charles Curt, TORRES, Marcelo de Oliveira. *A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro*. Brasília, IPEA, 1997. 48 p. (Texto para discussão, 530)

MOURA, Hélio. TEIXEIRA, Pery. 1997. *As tendências recentes do crescimento populacional nordestino*. mimeografado

MUELLER, Charles C. Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA (13): 35-104, jun. 1996

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Uma categoria rural esquecida; os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem a Maria Isaura Pereira de Queiroz. V Jornada de Ciências Sociais Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília, UNESP. 1994. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 1996.

\_\_\_\_\_. O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. SOBER. Anais. XXX Congresso de Economia e Sociologia Rural. Natal, RN. 1997.

\_\_\_\_\_. Regards sur le «rural» brésilien. IN: ZANONI, Magda. FERREIRA, Angela D.D. (org). Pour penser une autre agriculture. Paris, Karthala, 2001. p.29-62.

-----  
[1] - As autoras consideram os marcos constituídos pelos Censos Demográficos desde 1940 até 1991 e a Contagem da População de 1996. Para o que nos interessa, citaremos apenas as duas extremidades do período.

[2] - Para CAMARANO e BELTRÃO, em 1996, «35% da população (do Nordeste) viviam nas áreas rurais e 25% em cidades com população inferior a 20.000 habitantes. (op. cit. p.17) Estes dados precisam ser atualizados, a partir das informações do Censo 2000.

[3] - Adoto o critério da dimensão da população urbana, por razões práticas, consciente que ela não coincide exatamente com a população residente na sede municipal, uma vez que pequenos aglomerados (vilas, distritos etc), distintos da sede, podem ser definidos como urbanos.

[4] - Ver sobre este tema especialmente HARRIS.1956

[5] - cf. MENDRAS.1984

[6] - Evidentemente, boa parte destes indicadores só podem ser obtidos através de pesquisas de campo e levantamentos in loco.

[7] - Esta concentração não é um fato exclusivo de Pernambuco, Charles C. Mueller, no texto já citado, sobre o espaço regional do Nordeste, baseado nos dados do Censo de 1991, afirma: «a imensa maioria (dos municípios nordestinos) não possui nenhum núcleo urbano com mínima capacidade impulsionadora.» Na data do Censo, « as 61 cidades maiores (com alguma ação multiplicadora no sistema regional nordestino) estão, quase todas, localizadas no litoral e na Zona da Mata; algumas se situam no Agreste e pouquíssimas estão no Sertão. Nas zonas de fronteira praticamente elas não existem.». (MUELLER.1996.75)

[8] - Hélio Moura e Pery Teixeira, já haviam registrado, na Região Nordeste, este movimento da população na direção dos pequenos municípios, em períodos anteriores. Para eles, “nos anos 80, aumentou bastante a participação relativa da população residente em cidades pequenas, classificadas em faixas de tamanho de 10 mil a 20 mil e de 20 mil a 50 mil habitantes. O crescimento dos efetivos populacionais assim distribuídos atingiu taxas anuais tão expressivas quanto 5,2% e 7,3% ao ano, respectivamente. Estas duas faixas que, do milhar e meio de cidades existentes na Região, classificam apenas 160 delas, foram responsáveis pelo crescimento e/ou absorção de nada menos do que 43% de todo o incremento populacional havido no conjunto das cidades nordestinas entre 1960 e 1991.” (MOURA.TEIXEIRA.1997) Sobre a evolução dos pequenos municípios no conjunto do País, ver (MOTTA et alii.1997)

[9] - Os novos municípios são: Araçoiaba, Carnaubeira da Penha, Casinhas, Dormentes, Jaqueira, Jatobá, Jucati, Lagoa do Carro, Lagoa Grande, Manari, Quixaba, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Tamandaré, Vertente do Lério e Xexéu.

[10] - A FIDEM (Fundação do Desenvolvimento Municipal, do Governo do Estado de Pernambuco) elaborou uma interessante sistematização de todas as informações disponíveis referentes a cada município do Estado. Os dados sobre mão de obra ocupada têm como base o Censo Demográfico de 1991 e infelizmente não foram ainda atualizados.